

編號：第 818/2012 號 (刑事上訴案)

上訴人：A

日期：2016 年 3 月 17 日

主要法律問題：

- 管轄權
- 審查證據方面明顯有錯誤
- 獲證明之事實上之事宜不足以支持作出該裁判

摘 要

1. 本案的情況正屬於《刑法典》第 5 條第 1 款 d)項的情況，這是一種在屬地原則的前提下，立法者透過屬人原則的介入適當地延伸了澳門刑法的適用範圍。目的在於防止身為行為人的澳門人利用其他區域的刑法漏洞或不同的制度，對澳門居民作出在外地可能不屬於刑法保護的行為，但倘若發生地在澳門，則受到澳門刑法的保護。

2. 文件書證效力的相關規定（見《刑事訴訟法典》第 154 條），只有屬於公文書及經認證文書才能對文件當中的實質事實具備證明力。

上訴人所提交的文件不符合上述條件，代表著它的證據價值力有限，而且它記載的內容不對法院的心證帶有任何約束力，仍屬於法院自由心證範圍。

3. 上訴人對於法院管轄權提出的疑問，在原審判決中都完整地

得到回應，而正正是在被認定澳門法院具備審理本案的管轄權的情況下，理所當然地默默否定了答辯狀第六點提出的聲請。

換句話說，不存在任何漏洞亦不存在任何事實不足以作出裁判的情況。

裁判書製作人

譚曉華

合議庭裁判書

編號：第 818/2012 號 (刑事上訴案)

上訴人：A

日期：2016 年 3 月 17 日

一、案情敘述

於 2011 年 12 月 7 日，嫌犯 A 在初級法院刑事法庭第 CR3-10-0146-PCC 號卷宗內被裁定觸犯一項《刑法典》第 137 條第 1 款的規定及處罰的普通傷害身體完整性罪，被判處九十日(90 日)罰金，每日罰金澳門幣壹佰圓(MOP\$100.00)，即：澳門幣玖仟圓(MOP\$9,000.00)，如不支付罰金亦不以勞動代替，則執行六十日(60 日)徒刑。

嫌犯不服，向本院提起上訴，並提出了以下的上訴理由（結論部分）：

1. 在被上訴之裁判中，判處上訴人為直接正犯，其以既遂行為的方式觸犯了澳門《刑法典》第 137 條第 1 款的規定，構成一項普通傷害身體完整性罪。
2. 被上訴之裁判中，“經證明之事實”及“事實之判斷”已詳載於被上訴之裁判書中。

3. 由於上訴人對被上訴的判決不服，故提起本上訴。
4. 第一，由已證事實列可見，本訴訟之違法行為發生地點為中國內地，嫌犯及被害人則為澳門居民。
5. 根據《刑法典》第 5 條及第 6 條之規定，倘中國內地沒有對此不法事宜進行審判，則澳門特別行政區之司法機關方可具管轄權審理。
6. 中國內地治安當局會立案調查，而卷宗內之資料亦顯示被害人仍未有向中國治安當局提請任何刑事程序。
7. 上訴人認為，由於不法事實的發生地點在中國內地，故應優先適用中國法律。根據《中華人民共和國治安管理處罰法》第 9 條及第 22 條之規定下，本訴訟在中國內地有優先管轄權，而具管轄權處罰之機關為公安機關，及追訴期間為六個月。
8. 故上訴人認為，中國公安機關所作出之決定等同於《刑法典》第 6 條規定之“審判”。
9. 而且根據上述《中華人民共和國治安管理處罰法》第 22 條之規定，與及澳門《刑法典》第 5 條、第 6 條之原則性規定下，及同一法典第 137 條第 2 款、及同一法典第 107 條之規定下，由於被害人在不法事實發生後的六個月之期間內沒有到中國之治安當局或司法機關提請刑事程序，被害人之告訴權因而消滅。
10. 本訴訟因著澳門特別行政區司法機關沒有管轄權而應消滅本訴訟程序。
11. 但被上訴之裁判沒有這樣認為，故被上訴之裁判，在這一部份違反了《刑法典》第 5 條、第 6 條，因而存在《刑事

訴訟法典》第 400 條第 1 款規定之“錯誤適用法律而生之瑕疵”，故應被宣告被撤銷。

12. 上訴人認為，在結合本卷宗之資料下，以及正確適用《刑法典》第 5 條、第 6 條之規定下，應宣告澳門特別行政區司法機關對本訴訟沒有管轄權；並宣告無罪開釋上訴人；及宣告消滅本訴訟程序。
13. 第二，卷宗內第 284 頁之文件上記載為中國公安當局向上訴人發出之函件，並說明了本訴訟中所指不法事實之經過。
14. 另一方面，被上訴之裁判接納了卷宗第 23 頁之文件為證據方法之一，但上訴人認為，被上訴之裁判對卷宗第 23 頁及第 284 頁是否採納為證據以形成心證這一方面，出現了不同取向。
15. 上訴人認為，在基本上形式相同之情況下，兩份文件應同樣地被採納，且成為法院心證範圍之一。
16. 且倘原審法院相信第 284 頁之文件的內容，則會判處上訴人無罪開釋，即使不完全地相信，亦應因著“存疑從無原則”的前提下，宣告無罪開釋上訴人。
17. 但被上訴之裁判並沒有這樣認為，故被上訴之裁判，在未有認定卷宗內第 284 頁之文件內容屬實這一部份，存在《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 c) 項規定之“審查證據方面明顯有錯誤之瑕疵”，及“存疑從無原則”，故應被宣告被撤銷。
18. 上訴人認為，在審查第 284 頁之文件後，及基於“存疑從無原則”，故應由法院宣告無罪開釋上訴人。
19. 第三，卷宗第 182 頁至第 184 頁顯示上訴人已適時提交答辯書狀。當中於第 182 頁第 6 點中，亦向原審法院聲請向

中國內地機關查詢是否有關不法事實於國內已歸檔處理，以證實第 182 頁第 5 點所指之管轄權事宜問題。

20. 答辯書狀為刑事訴訟標的之組成部份。
21. 被上訴之裁判沒有審理答辯書狀第 6 點這一部份及作出裁判，存在《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 a)項規定之“獲證明之事實上之事宜不足以支持作出該裁判”之瑕疵，故應被宣告被撤銷。
22. 上訴人認為，法院應因著結合了本上訴陳述書狀中上述之理據下，宣告無罪開釋上訴人，倘不這樣認為時，則將案件發還予初級法院重新審理。
23. 最後，上訴人向法院聲請審查本卷宗內一切可依職權審理之法定瑕疵，並一如既往作出公正裁判。

請求綜上所述，現向法院請求如下：

1. 接納本上訴陳述書狀；及
2. 宣告被上訴之裁判，違反了《刑法典》第 5 條、第 6 條，存在《刑事訴訟法典》第 400 條第 1 款規定之“錯誤適用法律而生之瑕疵”，故應被宣告被撤銷；及
3. 宣告澳門特別行政區司法機關對本訴訟沒有管轄權；及無罪開釋上訴人；及消滅本訴訟程序。

倘不如上認為時，則

4. 宣告被上訴之裁判，在未有認定卷宗內第 284 頁之文件內容屬實這一部份，存在《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 c)項規定之“審查證據方面明顯有錯誤之瑕疵”，及“存疑從無原則”，故應被宣告被撤銷；及
5. 宣告無罪開釋上訴人。倘不如上認為時，則

6. 宣告被上訴之裁判沒有裁理答辯書狀第 6 點這一部份及作出裁判，存在《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 a)項規定之“獲證明之事實上之事宜不足以支持作出該裁判”之瑕疵，故應被宣告被撤銷；及
 7. 因著結合了本上訴陳述書狀中上述之理據下，宣告無罪開釋上訴人；倘不這樣認為時，則將案件發還予初級法院重新審理。
- 及
8. 接納上訴人向法院聲請審查本卷宗內一切可依職權審理之法定瑕疵，並一如既往，作出公正裁判。

檢察院對上訴作出了答覆，並提出下列理據（結論部分）：

1. 在本案，嫌犯及被害人均持有澳門居民身份證，居住於本澳。嫌犯在中國內地打傷被害人，所有的犯罪行為及結果均在內地發生。被害人返回澳門後，翌日即向司法警察局報警追究。嫌犯被發現身在澳門。因此，本案之具體情況，符合《刑法典》第 5 條所規定的要件，同時無出現該條但書所規定的情況。
2. 另外，卷宗內並無資料顯示上訴人已因本案之事實在國內接受過審判。因此，無出現同一法典第 6 條所規定的障礙。
3. 基此，澳門特別行政區法院具管轄權，並適用澳門特別行政區之法律規定。上述人所述違反《刑法典》第 5 條及第 6 條規定的瑕疵，並不存在。
4. 關於上訴人所述的文件(卷宗第 284 頁)，原審法庭在判決書闡述其對事實之判斷時，已清楚地指出該文件的各項瑕

疵。最後，原審法庭沒有採信該文件所述的內容，不能因此得出其在審查證據方面存在明顯錯誤。

5. 原審法庭在判決書闡述關於管轄權的訴訟前提時，已明確地否定出現《刑法典》第 6 條所規定的限制。同一時間，審理了上訴人答辯狀第 5 點及第 6 點所提出的問題。因此，原審判決並無上訴人所宣稱的遺漏，亦無上訴人所述的瑕疵。

基此，上訴人應理由不成立，原審法庭之判決應予維持，請求法官閣下作出公正判決。

輔助人對上訴作出了答覆，並提出相關理據。¹

¹其葡文結論內容如下：

1. Vem o Recurso a que ora se responde interposto da douta sentença proferida pelo Tribunal *a quo* e através da qual foi o Arguido, Recorrente, foi condenado a uma pena de multa de 90 dias, à taxa diária de MOP\$100,00, pela prática de um crime de ofensas simples à integridade física, p.p. pelo Artigo 137º n.º 1 do Código Penal de Macau, bem assim como no pagamento ao ora Recorrido de uma indemnização no valor global de MOP\$9,069.40, relativa aos danos patrimoniais e não patrimoniais sofridos na sequência da agressão de que foi vítima.
2. Inconformado com a decisão, veio o Arguido interpor o recurso a que ora se responde, imputando à Sentença recorrida o vício de “erro na aplicação da lei” por violação dos arts. 5º e 6º do Código Penal, “erro notório na apreciação da prova” conforme previsto no art. 400º n.º 2 al. c) do CPP e violação do princípio de “in dubio pro reo”, e “insuficiência da matéria de facto provada” conforme estipulado no art. 400º n.º 2 al. a) do Código de Processo Penal.
3. Ora, no presente caso, o Assistente e ofendido, ora Recorrido, e o Arguido são ambos residentes de Macau, e o Arguido foi encontrado em Macau, tendo-se apurado nos presentes autos, que o Arguido não foi julgado no local da prática do facto, Zhuhai, onde apenas foi levada a cabo uma investigação preliminar pelas autoridades policiais locais.
4. Não existe nos autos qualquer documento relativo à conclusão e resultado final das investigações da polícia de Zhuhai, antes se tendo apurado que tais investigações foram meramente preliminares, tendo consistido apenas na tomada de ocorrência e audição do Arguido.
5. Nunca as decisões de órgãos policiais equivalem ou substituem o julgamento efectuado pelos Tribunais, sendo descabido fazer equivaler qualquer decisão tomada pela polícia ao julgamento a que alude o artigo 6.º do CPP.
6. Comprovado que está que o Arguido não foi julgado no local da prática do facto carece o

案件卷宗移送本院後，駐本審級的檢察院代表作出檢閱及提交

-
- Arguido de razão quando afirma que a Sentença sob recurso viola o disposto nos artigos 5.º e 6.º do C.P.P.
7. O documento de fls. 264 foi junto pelo Arguido no dia 07 de Novembro de 2011, depois de encerrada a audiência de discussão e julgamento que teve lugar dia 25 de Outubro de 2011, e agendada que estava a data para leitura de sentença para o dia 09 de Novembro de 2011 (cfr. acta da audiência de julgamento de fls. 280 e ss), tendo-se o ora Recorrido oposto à junção do referido documento, e inclusive recorrido do despacho que admitiu a sua junção.
 8. A audiência de discussão e julgamento no âmbito dos presentes já havia sido encerrada e a leitura de sentença já havia sido agendada aquando da junção aos autos de tal documento, pelo que foi ao arrepio de qualquer disposição legal que o Arguido juntou o referido documento e que o Tribunal *a quo* deferiu a sua junção.
 9. O documento de fls. 264 trata-se, alegadamente, de um relatório de visionamento de imagens captadas por uma câmara de vídeo no dia em que ocorreram os factos em discussão nos presentes autos, e como tal, desacompanhado das imagens a que alegadamente respeita, para além de não representar qualquer relevância no âmbito dos presentes autos não poderia sequer ser valorado como meio de prova.
 10. Não se tendo visionado em sede de audiência de julgamento, nem em momento anterior, as imagens a que o mesmo alegadamente respeita, tal documento, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 336.º do CPP, não poderá nunca valer para o efeito de formação da convicção do tribunal e,
 11. O referido documento não emana de qualquer autoridade com competência para a prática da actos de inquérito ou instrução no âmbito de um processo penal que corra os seus termos em Macau, RAE.
 12. Não obstante, e embora se discorde da admissão da junção de tal documento, bem andou o douto Tribunal *a quo*, ao abrigo do princípio da livre apreciação da prova, ao não ter atribuído a relevância probatória pretendida pelo Recorrente a tal documento.
 13. A decisão sob recurso não padece assim dos vícios de “erro notório na apreciação da prova” e violação do princípio de “in dubio pro reo” que lhe são apontados pelo Recorrente.
 14. Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 312.º do CPP o Tribunal não está obrigado a ordenar a realização de todas as diligências de prova que lhe sejam requeridas, apenas ordenando aquelas que considere necessárias para a boa descoberta da verdade.
 15. O douto Tribunal *a quo* estava munido de prova documental e testemunhal suficiente que lhe permitisse, como permitiu, chegar a um veredicto final, sendo ademais certo que, o Arguido não contesta nem coloca em causa a prova em que assentou a decisão final proferida nos presentes autos.
 16. Não estando o douto Tribunal *a quo* vinculado aos meios de prova que lhe são requeridos pelas partes, sendo neste matéria discricionária a actividade do Tribunal, não assiste ao arguido razão para vir imputar à decisão sob recurso o vício de insuficiência da matéria de facto provada' conforme estipulado no art. 400º n.º 2 al. a) do Código de Processo Penal.

Nestes termos e nos demais de Direito que V. Exas. doutamente suprirão deve o Recurso a que ora se responde ser julgado improcedente, mantendo-se assim na íntegra a douta Sentença recorrida.

Termos em que farão V. Exas. JUSTIÇA!

法律意見，經分析案件的具體情況，同意檢察院司法官在其對上訴理由闡述中所提出的觀點和論據，認為上訴理由完全不成立，上訴應予駁回。

本院接受上訴人提起的上訴後，組成合議庭，對上訴進行審理，各助審法官檢閱了卷宗。

根據《刑事訴訟法典》第 414 條規定舉行了聽證，並作出了評議及表決。

二、 事實方面

原審法院經庭審後作出如下判決：

1. 2006 年 9 月 16 日晚上十時許，上訴人 A 在中國廣東省珠海市拱北蓮花路 XX 酒樓用膳期間，與另一名酒樓食客 B（澳門居民）發生爭執。
2. 爭執期間，上訴人用熱茶潑向 B。
3. 然後，上訴人再用手拿起一個茶壺擲向 B，並擊中 B 的面部。
4. 上訴人作出上述連串行為的目的是傷害 B 的身體及健康。
5. 上訴人的上述行為直接及必然地引致 B 的上唇裂傷，前額及手部多處軟組織挫擦傷。
6. 根據載於卷宗第 18 頁的臨床法醫學意見書，B 的身體和健康受到普通傷害，需要 5 日才能康復。
7. 上述上訴人在自願及有意識之情況下故意作出上述行為，

且清楚知道其行為的非法性，會受法律制裁。

另外證明下列事實：

8. 根據上訴人的刑事紀錄證明書，上訴人無犯罪前科。
9. 上訴人聲稱為顧問工程師，月收入約為澳門幣三萬圓，無家庭經濟負擔，擁有博士學位。

民事請求狀和答辯狀中以下對判決重要事實獲證明屬實：

10. 由於茶壺擊中被害人的臉部，令受害人上唇裂傷，並縫了兩針。
11. 受害人在珠海拱北醫院接受治療，支付了人民幣 300 圓醫藥費，折合澳門幣 347.67 圓。
12. 受害人由救護車自珠海送回澳門，支付了人民幣 300 圓的救護車服務費，折合澳門幣 347.67 圓。
13. 受害人隨即被送到鏡湖醫院接受檢查和治療，支付了澳門幣 1901 圓診療費用。
14. 受害人接受其公司駐診醫生跟進，支付了澳門幣 200 圓看診費。
15. 因上述襲擊導致受害人的眼鏡損毀，須重配，為此，受害人花費了澳門幣 1300 圓。
16. 以上各項金額總和為澳門幣 4096.34 圓。
17. 受害人因被上訴人襲擊感到身體痛苦。
18. 受害人因被上訴人襲擊感覺受到侮辱。

未獲證明之事實：

1. 未獲證明：茶壺擊中受害人嘴部令其兩顆前牙斷裂。

2. 未獲證明：受害人接受其公司駐診醫生跟進治療過程中，受害人所花費的澳門幣 2000 圓的治療費為治療嫌犯上述行為對受害人直接必然造成傷勢。

三、 法律方面

本上訴涉及下列問題：

- 管轄權
- 審查證據方面明顯有錯誤
- 獲證明之事實上之事宜不足以支持作出該裁判

1. 上訴人認為不法事實在中國內地發生，應優先適用中國內地法律，內地公安機關優先管轄權，澳門特別行政區司法機關沒有管轄權。同時，告訴權已消滅。

根據《刑法典》第 4 條規定：“（在空間上之適用之一般原則）澳門刑法適用於在下列空間作出之事實，但適用於澳門之國際協約或屬司法協助領域之協定另有規定者，不在此限：a)在澳門內，不論行為人屬何國籍；或 b)在澳門註冊之船舶或航空器內。”

根據《刑法典》第 5 條規定：

“一、澳門刑法亦適用於在澳門以外作出而屬下列情況之事實，但適用於澳門之國際協約或屬司法協助領域之協定另有規定者，不在此限：

a)構成第二百五十二條至第二百六十一條及第二百九十七條至第三百零五條所指犯罪的事實；

b)構成第一百五十二條第二款、第一百五十三條、第一百五十三-A 條、第一百五十四條、第一百五十五條、第二百二十九條、第二百三十條及第二百三十六條所指犯罪之事實，只要行為人被發現身在澳門，且不可被移交至另一地區或國家；

c)由澳門居民對非澳門居民作出之事實，或由非澳門居民對澳門居民作出之事實，只要：

(一)行為人被發現身在澳門；

(二)該等事實亦可為作出事實之地之法例所處罰，但該地不行使處罰權者，澳門刑法，不適用之；及

(三)構成容許將行為人移交之犯罪，而該移交為不可准予者；
或

d)由澳門居民對澳門居民作出之事實，只要行為人被發現身在澳門。

二、如審判在澳門以外作出之事實之義務，係源自適用於澳門之國際協約或屬司法協助領域之協定，則澳門刑法亦適用於該等事實。”

根據《刑法典》第 6 條之規定：“澳門刑法適用於在澳門以外作出之事實，以行為人在其作出事實之地未受審判，或行為人逃避履行全部或部分所判之刑為限。”

根據上述條文的規定，澳門的刑事制度奉行屬地原則並以此原則為基礎，不論行為人的國籍或居住地，只要事實發生在澳門，澳門

的刑法都一概適用。

另外，為着防止單一適用屬地原則可能帶來的漏洞，立法者亦對澳門刑法能延伸適用的特殊情況作出規範，以屬人原則，保護地區利益原則及刑法公正的補充管理原則等等作為輔助。

本案情況正正是犯罪事實發生在澳門以外地方，由澳門居民針對澳門居民所作出的犯罪事實。

現在看看本案是否符合《刑法典》第 5 條第 1 款 d)項所規定的屬人原則的情況。

具體來說，只有在認定犯罪事實存在的前提下，出現任何法定原因導致不能對行為人進行處罰者，才可視為一種不行使處罰權，例如：追訴時效，撤回告訴等等。因為只有在這類情況中，才能真正表現出行為地法律作為屬地原則的體現對犯罪行為都抱着不追究的態度。所以，在這情況下，即使是作為補充適用和填補法律漏洞作用的本地刑法，也失去介入的任何意義。

正如助理檢察長在其意見書中提出：“本案的情況正屬於《刑法典》第 5 條第 1 款 d)項的情況，這是一種在屬地原則的前提下，立法者透過屬人原則的介入適當地延伸了澳門刑法的適用範圍。目的在於防止身為行為人的澳門人利用其他區域的刑法漏洞或不同的制度，對澳門居民作出在外地可能不屬於刑法保護的行為，但倘若發生地在澳門，則受到澳門刑法的保護。

同時，這種刑法適用延伸的情況亦非任意或不受限制的，透過

《刑法典》第 6 條的規定，清楚看到立法者在延伸澳門刑法到澳門法區以外時，是採取了非常謹慎的做法，當中包括的一個必要前提是有關行為人未在外地因作出之事實接受當地的審判，以此確保不會產生“一事二審”的不公情況。

在本案中，上訴人的其中一個主張是有關事實已得到內地公安機關的查明和決定，應視為屬於《刑法典》第 6 條所規定審判的概念當中。

我們認為，上訴人明顯在偷換概念，把兩種在性質上、意義上完全不同的東西混為一談。

不要忘記，我們只能以澳門法律當中的概念來解釋澳門法律，不能輕率地以澳門法律中的一些理解強加於不同法律體系中，藉此獲得一個對其本人有利的結果。

只要細心翻閱本卷宗，的確不存在來自內地法院對本案的事實所作的任何判決，所以，亦無出現《刑法典》第 6 條所規定能阻礙澳門刑法適用到本案的情況。

因此，澳門法院具管轄權對本案事實適用澳門刑法。”

本院同意助理檢察長的上述見解，故此，上訴人提出的上訴理由並不成立。

2. 上訴人亦認為原審法院採納卷宗第 23 頁文件而不採納上訴人提交於第 284 頁的文件，故判決存有《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 c)項規定審查證據方面明顯有錯誤的瑕疵。

根據《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 c)項規定，上訴亦得以

審查證據方面明顯有錯誤為依據，只要有關瑕疵係單純出自案卷所載的資料，或出自該等資料結合一般經驗法則者。

終審法院於 2001 年 3 月 16 日，在第 16/2000 號刑事上訴案判決中認定：“審查證據中的明顯錯誤是指已認定的事實互不相容，也就是說，已認定的或未認定的事實與實際上已被證實的事實不符，或者從一個被認定的事實中得出在邏輯上不可接受的結論。錯誤還指違反限定證據的價值的規則，或職業準則。錯誤必須是顯而易見的，明顯到一般留意的人也不可能不發現。”

審查證據方面，原審法院在事實的判斷中作出如下說明：

“在綜合、對比及批判分析嫌犯、輔助人（即：民事賠償請求人）及各證人的聲明，結合在審判聽證中審查的書證及其他證據後，本合議庭認定事實。特別是：

嫌犯在審判聽證中作出聲明，斷然否認實施了被控告之事實，聲稱完全沒有與被害人有過任何爭執，也不曾有過任何身體接觸，是被害人自己跌倒的；根據經驗法則，嫌犯所述之事件經過不符合日常生活邏輯。

被害人（即：輔助人、民事賠償請求人）受傷的位置（雙手背部、前額、唇部）和傷勢程度，不支持嫌犯的被害人自行跌倒受傷的觀點。

輔助人（即：民事賠償請求人）在審判聽證中作出聲明，講述了事情經過。

嫌犯的兩名證人在審判聽證中作出聲明，講述了事情經過，給出嫌犯沒有襲擊被害人的結論。兩名證人所述內容與嫌犯所述內容過

於一致，包括細節在內；此外，當時，證人 C 背對被害人而坐，證人 D 為正在工作的餐廳經理之一。

卷宗第 18 頁的臨床法醫學鑒定書描述了被害人的傷勢和遭受到的損害後果。

民事賠償請求人的證人講述了被害人的傷勢對其造成的身體及心理的影響。

雖然珠海拱北醫院的就診記錄顯示被害人一顆牙齒部份斷裂，但無其他進一步的證據顯示相關牙齒受損的情況並需要接受何種治療，故此，不能認定嫌犯將茶壺襲擊被害人的行為直接導致被害人的二顆牙齒斷裂，因而，相關的治療牙齒的費用不予認定為嫌犯行為直接必然導致的損害。

本案，嫌犯、被害人的聲明，基於其等的訴訟利益，對事實的陳述存在篩選，而證人之聲明因時間、相處或情誼而被主觀過濾。

嫌犯提交的新文件：①為內地一公安機關發給嫌犯本人的信件，②沒有文件簽發人的簽名，③沒有指出有關的錄影帶如何扣押，是否經有權限當局宣告扣押合法，④所述的錄像進過沒有指出源自哪個卷宗、哪個觀看錄像筆錄，⑤所述的錄影畫面沒有記錄：錄影開始的時間、中間過程的時間、錄影結束的時間，也沒有記錄相關畫面發生的時間，⑥文件的內容全部為嫌犯之前所述的內容。”

具體分析相關的證據，原審法院除了聽取了上訴人及受害人在審判聽證中所作的聲明，亦在審判聽證中聽取了案中證人的證言，審查了案中的文件等。原審法院客觀分析上述種種證據，並根據自由心證原則對有關的事實做出判斷。

首先，文件書證效力的相關規定（見《刑事訴訟法典》第 154

條)，只有屬於公文書及經認證文書才能對文件當中的實質事實具備證明力。

明顯地，第 284 頁當中的文件都不符合上述條件，代表著它的證據價值力有限，而且它記載的內容不對法院的心證帶有任何約束力，仍屬於法院自由心證範圍。

另外，原審法院亦詳細解釋了不予採納第 284 頁文件的理由。

反之，第 23 頁的文件是在偵查階段中，由司法警察局國際刑警支局取得的，因此，原審法院採納有關文件，並無錯誤之處。

上述的證據可客觀、直接及合理地證明上訴人實施了普通傷害身體完整性罪，而原審法院在審查證據方面並不存在上訴人所提出的任何錯誤，更遑論明顯錯誤。

3. 上訴人亦認為原審判決沒有審理上訴人在答辯書第六點所提出的理據，因此，違反《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 a) 項“獲證明之事實上之事宜不足以支持作出該裁判”。

根據《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 a) 項規定，上訴亦得以獲證明之事實上之事宜不足以支持作出該裁判為依據，只要有關瑕疵係單純出自案卷所載的資料，或出自該等資料結合一般經驗法則者。

終審法院於 2009 年 7 月 15 日，在第 18/2009 號刑事上訴案判決中認定：“被認定的事實不足以支持裁判就是在案件標的範圍內查明事實時存在漏洞，以致在作為決定依據的被認定事實存在不足或不完整。”

上訴人答辯書第五及六點為：“澳門法院沒有審理有關事實之管轄權，請求法院駁回有關控訴。而為證明上述事實，請求法院依法或透過司法互相機制，向中國珠海有關當局查證有關案件是否已作審理並且經已歸檔。”

上訴人對於法院管轄權提出的疑問，在原審判決中都完整地得到回應（見卷宗第305頁及306頁），而正正是在被認定澳門法院具備審理本案的管轄權的情況下，理所當然地默默否定了答辯狀第六點提出的聲請。

換句話說，不存在任何漏洞亦不存在任何事實不足以作出裁判的情況。

故此，原審判決所依據的事實充足，不存在上訴人所提出《刑事訴訟法典》第400條第2款a)項規定的獲證明之事實上之事宜不足以支持作出該裁判的瑕疵。

故此，上訴人提出的上述上訴理由亦不成立。

四、 決定

綜上所述，合議庭裁定上訴人 A 的上訴理由不成立，維持原審判決。

判處上訴人繳付 6 個計算單位之司法費以及上訴的訴訟費用。

訂定上訴人辯護人辯護費為澳門幣 3,000 圓。
著令通知。

2016 年 3 月 17 日

譚曉華 (裁判書製作人)

蔡武彬 (第一助審法官)

司徒民正(第二助審法官)